



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Os Irmãos Cara de Pau, o Supremo e a agenda de Lula no Congresso

Cenas antológicas de “Os Irmãos Cara de Pau (*The Blues Brothers*)”, comédia musical dirigida por John Landis em 1980, parece ter sido filmada para servir de metáfora à atual crise política brasileira. Jake e Elwood Blues, interpretados por John Belushi e Dan Aykroyd, respectivamente, reúnem uma antiga banda para levantar o dinheiro necessário à salvação do orfanato católico onde foram criados. Acreditam estar numa “missão divina”, embora sejam perseguidos pela polícia, por neonazistas, por uma ex-noiva vingativa e por uma banda de música country.

No Bob’s Country Bunker, os músicos sobem ao palco protegidos por uma tela de arame, atrás da qual continuam tocando enquanto garrafas são atiradas pela plateia. Mais tarde, no grande concerto do Palace Hotel Ballroom, o espetáculo prossegue em meio à presença de policiais, rivais e adversários dispostos a capturar os irmãos. A confusão toma conta do salão, mas a banda não interrompe a música. O repertório se adapta às circunstâncias, o ritmo é mantido e o público dança em meio ao caos.

É mais ou menos o que está acontecendo no Congresso. Enquanto o Supremo Tribunal Federal mergulha numa crise sem precedentes por causa das revelações do Caso Master, Câmara e Senado tentam manter a música tocando. A orquestra parlamentar executa uma pauta negociada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) que é pura música para os eleitores da chamada “taxa das blusinhas”, além do fim da escala 6 x 1.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, porém, voam garrafas e cadeiras. O ministro André Mendonça retirou o sigilo de um relatório da Polícia Federal (PF) que reúne mensagens extraídas do celular do ex-banqueiro Daniel Vercaro. Segundo a investigação, elas teriam sido trocadas com o ministro Alexandre de Moraes em momentos críticos das apurações sobre o Master. Os registros mencionam o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e sugerem tentativas do ex-baqueiro de obter informações ou proteção diante do avanço das investigações.

Moraes reagiu e questiona Mendonça por permitir uma apuração capaz de atingi-lo sem autorização prévia do Plenário. Mendonça, por sua vez, pediu que a Corte analisasse publicamente o caso. Gonet entrou na disputa para sustentar que o relator não tinha competência para investigar um colega do Supremo e pediu a anulação dos elementos relacionados a Moraes. A tensão deixou de envolver apenas dois ministros: as gravações arrastaram para o centro do palco o STF, a PGR e a própria PF. O presidente da Corte, Edson Fachin, parece perdido diante de uma crise sem precedentes no Supremo.

Mensagens, encontros e relações pessoais precisam ser examinados no devido processo legal. Entretanto, a tentativa de anular as provas antes do esclarecimento completo dos fatos, em vez de dissipar, amplia as suspeitas. A Corte que exigiu transparência e rigor quando investigou políticos, empresários, militares e manifestantes será capaz de adotar os mesmos critérios quando as dúvidas alcançam seus integrantes? Esse é a questão.

Segue o baile

É inevitável a politização do episódio. Candidatos de oposição passaram a exigir o afastamento de Moraes, enquanto aliados do governo cobram a retirada integral do sigilo da investigação. A eventual colaboração premiada de Vercaro — ainda dependente de negociação, formalização e homologação — assombra autoridades de diferentes Poderes e partidos. O banqueiro construiu uma rede de relações que atravessava fronteiras ideológicas. Por isso, quase todos têm interesse em descobrir o que ele sabe, mas muitos não querem que seja divulgado.

É nesse ambiente que o Congresso atua como a orquestra que toca freneticamente durante o conflito generalizado. A Câmara e o Senado aprovaram a toque de caixa o fim da chamada “taxa das blusinhas”, imposto federal de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. O texto preserva a cobrança do ICMS pelos estados e estabelece avaliações periódicas dos efeitos da isenção sobre emprego, arrecadação, comércio e indústria nacionais. É uma medida de forte apelo popular, principalmente entre consumidores de baixa renda.

A pauta avançou graças a um acordo de Lula com Motta e Alcolumbre. O governo revogou uma taxa que ele próprio havia criado, mas pretende apresentar a decisão como demonstração de sensibilidade social. O que importa é o consumidor voltar a comprar produtos baratos no exterior sem o imposto federal.

Entretanto, o fim da escala 6 x 1 está a meio caminho. A proposta reduz gradualmente a jornada semanal de 44 para 40 horas, assegura dois dias de descanso e proíbe a redução salarial. O tema enfrenta objeções empresariais e da oposição, que alertam para o aumento dos custos de contratação, sobretudo no comércio, na gastronomia, na saúde, na logística e nos serviços de funcionamento contínuo.

Para contornar essas resistências, o MDB propôs uma PEC paralela com transição gradual, negociação coletiva, ampliação do banco de horas e mecanismos de compensação. Mesmo assim, a aprovação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) representa uma vitória de Lula. Às vésperas da eleição, poucos parlamentares desejam explicar aos eleitores por que votaram contra mais tempo de descanso para os trabalhadores.



Flávio lidera a corrida presidencial no DF

Pesquisa **Correio**/OPINIÃO Inteligência Política mostra senador com 35,4% das intenções de voto, contra 29,3% de Lula. Cury aparece em terceiro, com 10,9%

» PEDRO JOSÉ BORGES

O candidato a presidente pelo Partido Liberal, Flávio Bolsonaro, lidera a disputa pela Presidência da República entre os eleitores do Distrito Federal, com 35,4% das intenções de voto na pesquisa estimulada, quando os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece em segundo lugar, com 29,3%. Os números fazem parte da terceira rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política.

Na sequência, Augusto Cury registra 10,9% das intenções de voto, e Ronaldo Caiado, 8,3%. Renan Santos tem 2,7%, enquanto Romeu Zema aparece com 1,7%. Outros 5,8% afirmaram que votarão em branco ou nulo e 4,2% não souberam responder.

O levantamento foi realizado entre 29 e 31 de agosto, com 1.121 entrevistados em 31 das 33 regiões administrativas do Distrito Federal. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

Na pesquisa espontânea, quando nenhum nome é apresentado



O DF é uma região já reconhecidamente mais de direita. Você vê que, na última eleição, Bolsonaro teve 60%, e Lula, 40%”

Alexandre Garcia, CEO do OPINIÃO Inteligência Política

ao eleitor, Flávio Bolsonaro também aparece na liderança, com 31,3% das intenções de voto. Lula registra 26,4%, seguido por Augusto Cury, com 8,4%, e Ronaldo Caiado, com 6,4%.

Renan Santos foi citado por 2,2% dos entrevistados, enquanto Romeu Zema aparece com 1,1%. Pablo Marçal tem 0,7%, Edmilson Costa, 0,2%, e Rui Costa Pimenta e Samara Martins, 0,1% cada. Outros nomes somam 0,3%. Entre os entrevistados, 7,1% afirmaram que votarão em branco ou nulo e 15,6% não souberam responder.

Para o CEO do Opinião Inteligência Política e estatístico responsável pela pesquisa, Alexandre Garcia, o desempenho de Augusto Cury está relacionado à busca de uma parcela do eleitorado por uma alternativa à polarização

entre direita e esquerda. “Ele tem um discurso mais moderado e foca em propostas. Então, parte do eleitorado, especialmente aqueles que não querem mais essa polarização de extrema-direita e extrema-esquerda — ou seja, eleitores de centro —, se identifica com a proposta do Cury”, afirma.

“O Caiado perde um pouco de força nesta edição. De fato, esses eleitores encontram no Cury aquele sujeito que não vai para os extremos e que pode entregar uma proposta mais moderada”, explica.

Na avaliação do estatístico, o perfil historicamente mais conservador do eleitorado do Distrito Federal também ajuda a explicar o desempenho de Lula na pesquisa. “O DF é uma região já reconhecidamente mais de direita. Você vê que, na última eleição, Bolsonaro

teve 60% e Lula, 40%. Então, já temos um viés de eleitores de direita”, afirma Garcia. Ele também citou notícias negativas envolvendo as investigações ao filho de Lula, Luíslinha, como um dos fatores que podem influenciar a avaliação do eleitorado mais conservador.

Flávio Bolsonaro também aparece à frente de Lula em uma simulação de segundo turno. O candidato do PL registra 49,6% das intenções de voto, contra 36,1% do presidente. O melhor desempenho entre os candidatos testados é de Ronaldo Caiado. Em um eventual confronto com Lula, o governador de Goiás alcança 55,4%, enquanto o presidente registra 32,8%. Romeu Zema também supera Lula em uma das simulações. O governador de Minas Gerais aparece com 46,9% das intenções de voto, contra 36,1% do presidente.

A pesquisa ouviu presencialmente 1.121 eleitores em 31 das 33 regiões administrativas do Distrito Federal. O levantamento foi registrado na Justiça Eleitoral sob o número DF-04936/2026 e tem margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e intervalo de confiança de 95%.

***Leia mais sobre a pesquisa nas páginas 14 e 15**

